



OS ALUNOS DA ESCOLA NORMAL DE ANÁPOLIS EM 1931

Tarsio Paula dos Santos¹
Sandra Elaine Aires de Abreu²

RESUMO: Este artigo intitulado “Os alunos da escola normal de Anápolis em 1931” insere-se no eixo de pesquisa acerca da “História da educação em Goiás: do Império a República”, sendo desenvolvida também durante o Programa Institucional de Iniciação Científica do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). O objetivo principal dessa investigação é analisar o perfil dos primeiros alunos da Escola Normal de Anápolis em 1931, ano de fundação da instituição. Para esse fim, foi utilizada a abordagem qualitativa com análise documental e a pesquisa bibliográfica. Ademais, a partir do século XVIII, as escolas normais passaram a ser fundadas no Brasil durante o período imperial. Esses educandários destinam-se a preparação de docentes para o ensino primário. Em Anápolis, a escola normal pública será efetivada em 1931, vigorando até 1938, ano em que as Irmãs Salesianas de Dom Bosco assumem a administração desse estabelecimento. A escola normal de Anápolis era regida pelo Decreto n. 658 de 2 de fevereiro de 1931, que trazia o Regulamento do Ensino Normal em Goiás, quando foram matriculados 46 (quarenta e seis) alunos no total em 1931 na escola normal de Anápolis. Como resultados desta investigação, obteve-se que os alunos do ano inaugural do educandário em questão eram predominantemente do sexo masculino, naturais de Anápolis, possuíam idade entre 10 e 30 anos, a maior parte desses educandos oriundos do Instituto de Ciências de Letras da cidade de Anápolis e, da quarta série normal, 3 (três) alunos obtiveram diploma de normalista no referido ano.

Palavras-chave: Escola Normal. Anápolis. Perfil dos alunos. Ano 1931.

INTRODUÇÃO

O primeiro movimento de secularização da profissão docente no Brasil deu-se com a chegada dos professores régios portugueses no final do século XVIII e início do século XIX. Mas foi no período imperial que se efetivou a organização docente (ABREU, 2006).

“A organização e a normatização da profissão docentes foram reguladas pela Lei de 15 de outubro de 1827, que unificou a organização da instrução elementar no império e estabeleceu os critérios para o exercício da atividade docente no país” (ABREU, 2006, p.86). Todavia, com o Ato adicional de 1834, transferiu-se para as províncias a responsabilidade acerca dos sistemas de ensino primário e secundário, a formação de professores e seus quadros docentes.

¹ Graduando do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica (PIBIC/UniEVANGÉLICA). – E-mail: letrastarsio@gmail.com.

² Doutora em Educação: História, Política, Sociedade. Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA).– E-mail: sandraeaa@yahoo.com.br



Em Goiás, a organização do sistema de instrução elementar e a formação do quadro docente, a partir do Ato Adicional de 1834, iniciaram-se com a Lei n. 13, de 1835. A criação da primeira escola normal da província deu-se na década de 1850, porém a efetivação só ocorreu em 1884, na capital da província, atual cidade de Goiás.

No período republicano houve a criação e expansão das escolas normais em Goiás. Neste contexto que se destaca a Escola Normal de Anápolis, tema desta pesquisa, o período de análise é o ano 1931. A delimitação temporal justifica-se pelo fato de ser o ano de fundação da escola e, conseqüentemente, a formação de seu primeiro grupo discente. O objetivo dessa investigação foi analisar o perfil dos alunos da Escola Normal de Anápolis em 1931.

O tema deste estudo se insere no campo de pesquisa da História da Educação, que nos últimos anos passou por um processo de renovação historiográfica, que implicou na ampliação do uso de fontes para a escrita da História da Educação, bem como em sua problematização. O desenvolvimento desta investigação valeu-se da pesquisa bibliográfica e a análise documental. Os documentos principais foram: legislação educacional (estadual e municipal); os documentos escolares: Livro de Matrículas do Curso Normal (1931-1937), Livro de Tombamentos e impressões, 1º Estatuto (1931), Livro de Ata da Congregação, Escola Normal (1931), Livro de Atas de sessões solenes de colação de grau das normalistas (1931-1937), Livro de Exames de 1º época curso Normal (1931-1936), Livro de Registro de notas individuais curso Normal (1931-1932), Livro de Registro de notas individuais curso Normal (1933), Livro de Médias de alunos curso Normal (1934), Livro de Médias de alunos curso Normal (1935 – 1936) e Livro de notas individuais curso Normal (1937).

A ESCOLA NORMAL NO BRASIL: IMPÉRIO E REPÚBLICA

A Gênese da profissão de professor na Europa ocorreu em algumas congregações religiosas que se transformaram em verdadeiras congregações docentes, como os jesuítas e os oratorianos. No século XVIII, já havia uma diversidade de grupos que exerciam o magistério como ocupação principal e por tempo integral. No final do referido século, houve um processo de estatização do ensino, provocando a substituição de professores religiosos por professores laicos,



recrutados e controlados pelo Estado, que estabeleceu o perfil do professor mediante a criação de regras de uniformização e seleção de professores e a concessão de licença para o exercício do magistério mediante exames e concurso, instituindo dessa forma, a profissionalização docente (Nóvoa,1995). Processo que começa a ser instituído no Brasil no século XIX e avança até a atualidade.

Nóvoa (1995) demonstra que o processo de profissionalização do professor passou por basicamente quatro etapas que não deve ser vista em uma perspectiva sequencial rígida: 1) a profissão docente como ocupação principal e exercida em tempo integral; 2) o estabelecimento de um suporte legal para o exercício do magistério; 3) a criação de instituições especializadas para a formação de professores; 4) a constituição de associações profissionais de professores.

Na esteira dessas diretrizes, procuramos compreender o perfil dos alunos da Escola Normal de Anápolis, ou os futuros professores formados pela referida instituição de ensino. No entanto, a análise estabelecida limitou-se ao que Nóvoa (1995) definiu como segunda e terceira etapas, pois o Estado brasileiro determinou os meios de formação do profissional da educação. A escola normal deveria difundir um conhecimento normatizado pelo governo que ocasionaria a formação do professor, de acordo com o perfil exigido por lei para as escolas primárias, principalmente pelos grupos escolares. (ABREU, 2006).

A criação das escolas normais no Brasil, no século XIX e XX, foi uma iniciativa relevante no processo de institucionalização da profissão docente (NAGLE, 1976; TOBIAS, 1986, ROMANELLI, 2002; VILLELA, 2000). No século XIX seguiu o modelo europeu, ao fundar a Escola Normal de Niterói, em 1835 (VILLELA, 2000). Dentre suas principais características, apresentavam-se um caráter controlador e disciplinador, currículo semelhante ao adotado no ensino primário e voltado para a moralidade e diferenciação programática em relação ao sexo dos alunos (VILLELA, 2000).

Segundo Nagle (1976), na década de 1920, a escola normal passará por transformações.

[...] A 'velha' escola normal já não atendia mais, com a falta de conteúdo especial, às novas exigências propostas pela escolarização; as escolas normais existentes constituíam um curso de 'humanidades' de segunda classe. Por isso, precisavam ser refundidas de alto a baixo, de modo a 'corrigir a orientação literária e formalista do [seu] programa que, composto mais de ciências abstratas ou descritivas, orna o espírito, mas não forma' [...] (NAGLE, 1976, p.218, grifos do autor).



Nessa perspectiva, a escola normal, a partir das mudanças sofridas, vai mais além do ensino primário com o surgimento do curso complementar que aprofunda os estudos na área primária e o aproxima do ensino normal (nível médio). Além disso, o currículo dessa instituição é reformulado, dando um caráter mais de profissionalização para os professores com o acréscimo de disciplinas técnicas – pedagógica, anatomia e fisiologia humana, pedagogia, história da educação, sociologia e psicologia. Nesse processo, percebe-se ainda a influência dos ideais escolanovistas em todo o território nacional (NAGLE, 1976).

Segundo Villela (2000), para candidatar-se a formação docente, na Escola Normal de Niterói, no século XIX, as exigências focavam mais em aspectos morais do que em formação intelectual, em vista da instituição ser concebida como instrumento de uniformidade e controle social (VILLELA, 2015, p. 106).

A ESCOLA NORMAL EM GOIÁS: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

Os primeiros debates acerca da Escola Normal em Goiás ocorreram entre 1840 e 1850 como via de solução para os insatisfatórios resultados na instrução primária na província. Esse era um anseio dos presidentes de Goiás que concebiam a importância da referida unidade de ensino para a formação e qualificação do corpo docente (ABREU, 2006).

Com a Resolução n, 15, de 1858 criou-se a Escola Normal na Capital goiana. Contudo, ela não foi efetivada, pois não havia prédio adequado e professores capacitados; faltava material didático e recursos financeiro. Apesar dos esforços do governo goiano junto à Corte, nada foi feito (BRETAS, 1991). De 1860 a 1880, as ações acerca do ensino normal restringiram-se aos debates políticos e ideológicos, em um contexto de disputas entre as oligarquias. Entretanto, mantém-se o ideal da educação como via de superação da realidade social e econômica vivenciados ali na província durante aquele momento. Surgem também correntes ideológicas progressistas e positivistas que concebiam um ensino normal voltado para a racionalização e a ciência em oposição a visão conservadora, que defendia um ensino ligado à religião e a vocação feminina para o magistério (CANEZIN; LOUREIRO, 1994).



Assim, a partir da década de 1880, com o incentivo político e financeiro do Governo Central do Império, através da Circular n. 4.465 de 1881, as províncias do território brasileiro são orientadas a criar escolas normais. Em Goiás, pela Resolução n. 676 de 19 de abril de 1882, cria-se, novamente, anexa ao Liceu, a Escola Normal em 21 de outubro, mas não foi efetivada (CANEZIN; LOUREIRO, 1994). A inauguração desse educandário ocorrerá no dia 21 de abril de 1884 pelo governo provincial goiano. As matrículas foram realizadas entre os dias 28 de abril a 30 de maio do mesmo ano de inauguração. A procura foi pequena, apenas 12 estudantes³, cujas idades variaram entre 14 (catorze) e 30 (trinta) anos, matricularam-se (BRETAS, 1991).

Apesar das matrículas, o ensino normal em Goiás não durou muito porque as dificuldades levaram à extinção dessa instituição em 1886. Os alunos matriculados não chegaram a terminar o ano letivo, o ensino misto era criticado pelo conservadorismo circulante na capital Goiás, houve tensões entre os estudantes do curso preparatório do Liceu e os normalistas. Faltava professor capacitado para lecionar a cadeira de Pedagogia, criticada por resumir-se em uma disciplina. Nos anos seguintes, 1885 e 1886, não houveram muitas matrículas, o que culminou em um novo regulamento para o ensino primário e secundário, em 12 de abril de 1886, que reduziu a Escola Normal “a curso e criou uma cadeira de Pedagogia” (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p.43) anexa ao Liceu e conservou as escolas primárias também anexas. Contudo, essa disciplina foi suprida em dezembro do mesmo ano, sendo reestabelecida em 1888. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994).

De 1900 a 1931 a Escola Normal em Goiás passou por um período de normatização através de regulamentos e decretos, e expansão por todo o Estado (CANEZIN; LOUREIRO, 1994). Segundo Bretas (1991) o Decreto n. 658, de 02 de

³ Os estudantes matriculados na primeira turma do Curso Normal na Cidade de Goiás foram: 01 – Emerenciana Maria do Rosário de Faria Albernaz, natural de Goiás, com 23 anos de idade.02 – Maria do Rosário Albernaz, natural de Goiás, com 27 anos.03 – Joana Maria do Rosário Faria Albernaz, natural de Goiás, com 15 anos de idade.04 – Francisco Seabra Pais Leme, de Cuiabá, com 20 anos.05 – Antônio Xavier Guimarães, de Goiás, com 16 anos.06 – Domingos Ferreira da Silva, de Cuiabá, com 15 anos.07 – Maria Joaquina de Souza, de Goiás, com 14 anos.08 – Maria Brazida da Silva, de Goiás, com 24 anos.09 – Luísa Amélia da Silva, de Goiás, com 22 anos.10 – Luiz Gomes Monteiro de Melo, da Bahia, com 14 anos.11 – Edmunda Cavalcante de Albuquerque, de Uberaba, com 30 anos.12 – Luiza Joaquina de Souza Marques, de Goiás, com 26 anos. (BRETAS, 1991, p. 319 – 320).



fevereiro de 1931, possibilitou mudanças na escola normal em Goiás até sua transformação em Instituto de Educação⁴ (BRETAS, 1991, p. 520).

Nessa perspectiva, a reinstalação da Escola Normal em Goiás ocorreu em 1903 anexa ao Liceu. Conforme Bretas (1991), dessa ação aconteceu também a formação dos primeiros professores primários de Goiás em 1906.

A primeira turma colou grau em 16 de dezembro de 1906, em solenidade festiva, podendo ser considerada a primeira turma de normalista formada em Goiás [...]. Os nomes componentes dessa turma são [...]: Sadock Santana Godinho, Iraídes de Oliveira Lisboa, Nicoleta Bonsolhos, Otilina Bonsolhos, Benedito José de Azevedo, Fany Soares de Camargo, Obdulia Augusto d'Ávila, Rosenita Augusta Santana." (BRETAS, 1991, p.471; 606).

A partir de 1906, desenvolveu-se também uma maior articulação entre o ensino normal e o ensino primário. Com o Regulamento de 1906, deu-se “[...]ênfase ao Curso Anexo, denominado Escola Modelo, em que se fazia treinamento específico para a profissão de Magistério em ambiente adequado. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 49). Outra medida foi com o Decreto n. 8.598, de 1925, que estabeleceu uma maior articulação entre do ensino normal e os grupos escolares, pois, o aluno concludente do curso primário, poderia ser matriculado nas escolas normais com a dispensa do exame de admissão.

Outro marco importante foi o Decreto n. 10.445, de 1929 em que a Escola Normal ganha maior autonomia para desenvolver seu programa de ensino, pois passa a funcionar “[...] no edifício do Liceu de Goyaz, antes ou depois das aulas [horários livres] deste Instituto Secundário” (DECRETO 10.445 apud CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 63, grifos do autor). Ainda nessas ações foi fundado o curso Complementar com o objetivo de suprir as lacunas deixadas no ensino primário, visando preparar os alunos para o curso Normal. Para ingressar no curso em questão, era necessário idade mínima de 11 anos e a apresentação do diploma dos grupos escolares, porém, para os demais que não possuíam esse documento, seria preciso aprovação no exame de admissão, que era o mesmo adotado no quarto ano do curso primário dos grupos escolares (CANEZIN, LOUREIRO, 1994).

Por fim, ainda dentro desse processo organizacional e normativo da Escola Normal em Goiás, pelo regulamento de 1931, Decreto n. 658 de 02 de fevereiro de

⁴ Estabelecimentos de ensino criados a partir da Lei orgânica nº 8.8530 de 1946. Esses institutos ofereciam um novo e moderno curso normal, além de curso de especialização docente e nas áreas envolvidas, tais como administração escolar e inspetora escolar. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994)



1931, a instituição passa a ofertar o curso Complementar com dois ciclos, 1º e 2º ano, e o curso Normal com duração de quatro anos/séries, 1º, 2º, 3º e 4º anos. Em relação à prática dos normalistas sempre ocorriam no curso complementar anexa à Escola e eram acompanhadas por professores que efetuavam a avaliação do desempenho e métodos adotados pelos futuros professores. Esse documento não trouxe muitas novidades em relação ao anterior, o Regulamento de 1926 publicado no Correio Oficial de Goiás de 16 de janeiro de 1926, apesar de ter uma apresentação mais moderna na redação e distribuição do texto (BRETAS, 1991, p. 519).

A ESCOLA NORMAL EM ANNAPOLIS (1931): FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

A Escola Normal de Anápolis desempenhava papel importante na formação docente e moral dos aspirantes ao professorado (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO, ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937). Era considerada, tanto pelos moradores do município como pelos visitantes como um respeitável centro de ensino e patriotismo para a mocidade Anapolina, de acordo com o exposto a seguir

Com prazer deixo aqui a ótima impressão que tive ao visitar este modular estabelecimento de ensino [Escola Normal de Anápolis].

Congratulações ao povo de Anápolis e parabéns à mocidade estudiosa. Anápolis, 31 de outubro de 1936. José Souza Porto (LIVRO DE TOMBAMENTO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO, 1931, grifos do autor).

Antes de se cogitar a criação da Escola Normal de Anápolis, autoridades educacionais e lideranças políticas de Anápolis reuniram-se para discutir o “futuro” do Instituto de Ciências e Letras, uma instituição particular criada em 1925 por iniciativa de Carlos Magalhães, que oferecia o curso ginásial, mas estava passando por dificuldades financeiras. Para garantir as subsídios do Estado, passou a ofertar o curso normal equiparado ao Programa oficial do Estado (BRETAS, 1991).

Diante das dificuldades financeiras pelas quais passava o Instituto de Ciências e Letras, as autoridades acima mencionadas sugeriram que a instituição fosse encampada pelo município. Como o criador da instituição não concordou, decidiram criar uma escola normal pública em Anápolis. Com isso, o Instituto de Ciências e Letras chega à falência, pois “[...] a maioria dos alunos deixou o Instituto,



matriculando-se na nova escola [a Escola Normal de Anápolis]” (MORAES, 2012, p. 146,).

Neste contexto, é criada a Escola Normal de Anápolis – GO. A solenidade de inauguração ocorreu no dia 4 de abril de 1931, no prédio do Grupo Escolar 24 de Outubro e contou com a presença de seus fundadores e demais autoridades. Nessa mesma reunião, presidida pelo prefeito municipal, João Luiz de Oliveira, também foi realizada a escolha da diretoria provisória assim constituída: Dr. Christalino Bernadino da Costa, cirurgião dentista, como diretor, Dr. Julio Maschiocchi, engenheiro, para vice-diretor, Jarbas Jayme, funcionário municipal, como secretário e Joaquim Firmino Vellasco, juiz municipal, foi indicado para tesoureiro. Outra ação realizada na mesma data foi a formação de uma comissão para elaboração do estatuto para o educandário, conforme o Regulamento Oficial da Escola Normal do Estado de Goiás (Decreto nº 658/1931). (ACTA DE CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE ANÁPOLIS, 1931).

A Escola Normal de Goiás teve influência da Escola Nova, a semelhança do que acontecia em São Paulo. Essa concepção pedagógica defendia que

A escola deveria ser reinventada pela renovação dos métodos e técnicas de ensino e das formas de organização administrativa. [...] Os métodos e técnicas de ensino tornariam os alunos mais ativos, participantes e democráticos [defesa à coeducação]. A integração do indivíduo na sala de aula e na sociedade era mais importantes que o somatório do conhecimento imposto pelo professor. A experimentação e a observação contrapunham-se à memorização do conhecimento. (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 53).

Em Anápolis também se verificou a adoção dos ideais do escolanovismo no ensino normal. Os principais aspectos foram a centralidade do aluno nos processos de ensino-aprendizagem, o incentivo ao raciocínio, o sistema de coeducação, o uso de metodologias para despertar iniciativas e foco em aulas e exercícios para prática discente. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).

De outra feita, para destacar os principais aspectos da Escola Normal de Anápolis é necessário tomar como documento de referência o 1º Estatuto da Escola Normal Anapolina de 1931 que discorre acerca dos espaços escolares, tempos escolares, frequência escolar, dos cursos, quadros docentes, relação família-escola, verificação do processo de ensino e aprendizagem, avaliação da aprendizagem, matrículas e concepção pedagógica. Assim, na seção seguinte, será abordado os pontos anteriormente listados.



Sobre os espaços escolares, a Escola Normal de Anápolis iniciou as suas atividades no prédio do Grupo Escolar 24 de Outubro, em horários livres. As salas de aula deveriam ter uma lotação de 40 (quarenta) alunos, se o número fosse maior, seriam estabelecidas aulas suplementares, que exigiam a contratação de mais docentes específicos para essas turmas. O centro de ensino contava também com uma secretaria, onde eram realizadas as matrículas. Além desses espaços, eram usados também a escola anexa complementar para a prática dos normalistas e as aulas de Ginástica realizavam-se eventualmente numa passeata pelas ruas da cidade de Anápolis e exercícios físicos em praças públicas. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).

Com relação aos tempos escolares, as aulas da Escola Normal tinham duração de 50 minutos com intervalo de 10 minutos. Semanalmente, o número de aula era distinto, dependendo do ano/curso em que o aluno estava matriculado, variavam de 22 a 24 aulas.

Acerca da frequência escolar, o educandário de ensino secundário apontava que, além do mais, diariamente era verificada a frequência dos estudantes, que não poderiam ultrapassar mais de 30 faltas, caso contrário seriam impedidos de prestar exames de promoção e finais.

Para o ponto seguinte, os cursos ofertados na instituição Anapolina de ensino normal eram dois: o curso complementar e o curso normal. O curso complementar tinha duração de dois anos e objetivo de preparar melhor os educandos para o ensino normal, preenchendo as lacunas deixadas no ensino primário. Com duração de quatro anos, o curso normal tinha por objetivo a formação de professores para o ensino primário.

Outro fator de destaque do Estatuto da Escola Normal de Anápolis era a relação família-escola. A cada bimestre, a direção emitia um boletim do desempenho do educando para os pais acompanharem o desempenho dos seus filhos. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).

Ademais, na verificação do processo de ensino e aprendizagem, no curso Complementar, os exames avaliativos aconteciam nos dois semestres do ano: o primeiro na primeira quinzena de julho, e o outro na segunda quinzena de outubro.



Caso não houvesse aprovação, poderiam se inscrever na 1ª quinzena de fevereiro para os exames de 2ª época. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).

Para o curso Normal, referente a verificação do processo de ensino e aprendizagem, tem-se que as aulas práticas ocorriam uma vez por semana, sendo escolhido um candidato por vez para ministrar uma aula de 40 minutos no curso anexo. Desse tempo, os 10 últimos minutos eram reservados para as considerações do docente que acompanhava o desempenho do futuro docente. Os exames de promoção ocorriam na segunda quinzena de novembro e os exames finais na última quinzena de fevereiro. Os exames de 2ª época iniciavam as inscrições no primeiro dia do mês de fevereiro. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).

Os professores do curso Normal faziam registros diários em uma caderneta acerca das faltas, matéria/conteúdo trabalhado e notas dos alunos. Esse último ponto era referente ao resultado obtido na lição que era tomada toda aula. As sabatinas ocorriam mensalmente e, a somatório de um trimestre dessas notas, eram destinados à premiação no banco de honra, sendo avaliados em princípio dos meses de maio, agosto e novembro. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).

No que se refere à avaliação da aprendizagem, para o ensino complementar era adotado o sistema de coeficientes, o qual cada nota era multiplicada por um peso distinto, cuja a pontuação mínima era de 300 pontos. No curso Normal, segundo o Estatuto da Escola Normal (1931), para avançar de série era realizado uma prova escrita, cujo o tema era sorteado na hora e acompanhado por um grupo de professores da escola. “A nota do exame de promoção resultará da soma da Média anual com a nota da prova escrita dividida por 2. Se a nota for inferior a 4 o aluno não será promovido”. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

Outrossim, atendendo as normas acerca do processo de matrícula dos alunos da Escola Normal, a instituição Anapolina seguiu os critérios do Decreto n. 658 de 0 de fevereiro de 1931. Os matriculados no curso Complementar apresentaram a documentação exigida a partir de três situações: 1) diploma do curso primário do grupo escolar, com o qual não havia necessidade de exame admissional;

2) comprovação de aprovação no exame de admissão realizado em outro estabelecimento de ensino mais documento que comprovou que o educando já cursava a mesma série a qual estava sendo transferido e 3) documento que comprovasse a escolaridade mais submissão e aprovação no exame de admissão realizado perante banca examinadora da própria Escola Normal (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931; LIVRO DE MATRÍCULA DO CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 - 1937).

Em relação ao curso normal, ocorria em quatro anos divididos em classes distintas: 1º ano, 2º ano, 3º ano e 4º ano. O ingresso dava-se pelo preenchimento do requerimento, a partir da abertura do período de matrícula, acompanhado do diploma do curso complementar, no caso de matrícula no 1º ano normal e, para os demais anos, apresentação do certificado de promoção do ano anterior. Entretanto, aos estudantes transferidos, solicitavam-lhes guia de transferência e certificado de promoção.

A respeito da concepção pedagógica adotada para os cursos ofertados pela instituição de ensino secundário em questão, o curso normal e o curso complementar, que estavam sujeitos à mesma administração, disciplina e direção, a metodologia nas aulas era intuitiva – analítica, do aprendizado ativo e individual, que visava colaborar para a formação de bons professores.

De 1931 a 1937, a Escola Normal de Annapolis funcionou da forma acima apresentada. O ano seguinte, 1938, ocorreram mudanças que trouxeram outros rumos para a escola. (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO, ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937). Na reunião da congregação no dia 28 de fevereiro de 1937, já com o prédio próprio⁵ (atual prédio do Colégio Auxilium em Anápolis - GO), foi decidido pela “[...] entrega do curso normal feminino à Congregação

⁵ A Escola Normal de Annapolis vai funcionar até o segundo semestre no prédio do Grupo Escolar 24 de Outubro, pois, em 1936, o poder público municipal de Annapolis adquiri o prédio próprio para a referida instituição situado na Rua 14 de Julho nº 830, setor Central pelo valor de 30 550 840, 00 cruzeiros. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISISTAS, 1º ESTATUTO, 1931; LIVRO DE ATA DA CONGREGAÇÃO, ESCOLA NORMAL, 1931).



Salesiana⁶.” (ATA DE REUNIÃO DE CONGREGAÇÃO, 1937). Findava-se, assim, a trajetória da primeira Escola Pública Normal da cidade de Anápolis.

O PERFIL DOS ALUNOS DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS: ANO PRIMEIRO (1931)

A Escola Normal de Anápolis, iniciou suas atividades em 1931, com 46 (quarenta e seis) estudantes matriculados, 22 (vinte e dois) no curso complementar e 24 (vinte e quatro) no curso normal. As matrículas ocorreram entre 9 de abril a 15 de setembro/1931. (LIVRO DE TOMBAMENTOS E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1º ESTATUTO DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931; LIVRO DE MATRÍCULA DO CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 - 1937)

Ao matricular-se o aluno preenchia uma ficha, que, a grosso modo, continha as seguintes informações: nome completo do aluno, nacionalidade, naturalidade, idade, filiação, número de matrícula, data de matrícula (dia, mês e ano) e ano que o aluno cursaria, normal ou complementar, e uma justificativa com o documento que comprovasse a escolaridade do candidato. (LIVRO DE MATRÍCULA CURSO NORMAL, 1931 a 1937). Os dados contidos na ficha de matrícula permitiu-nos traçar o perfil dos alunos da Escola Normal de Anápolis, no ano de 1931, ou seja, dos primeiros alunos matriculados na unidade de ensino.

Considerando o gênero dos alunos matriculados na Escola Normal de Anápolis no ano de 1931, 63% eram do sexo masculino e 37% feminino. Em relação aos cursos, no curso complementar (1º ano) 55% era do sexo masculino e 45% feminino. No que diz respeito ao curso normal, 71% era do sexo masculino e 29% feminino. Analisando cada classe do ensino normal, no 1º ano 100% dos alunos eram do sexo masculino. No 2º ano, 56% era do sexo feminino e 44% masculino; no 3º ano 100% do sexo feminino e no 4º ano, 60% era do sexo masculino e 40% do feminino. No 2º e 3º anos o número de mulheres frequentando o curso o curso normal foi maior. Mas, no cômputo geral, os homens eram em maioria no curso normal e no complementar.

⁶ As Irmãs Salesianas vão assumir a direção da Escola Normal de Anápolis em 1937. No ano seguinte, fundam o Gynásio Nossa Senhora Auxiliadora, voltado para a educação das jovens da cidade. Atualmente, no mesmo prédio, funciona atualmente o Colégio Auxilium, ligado à Rede Salesiana de Educação. (CRISPIM, 2011)



De acordo com Canezin e Loureiro (1994), havia uma idade mínima para entrada nos cursos oferecidos através da Escola Normal em Goiás. Essas indicações foram estabelecidas pelo Correio Oficial de Goiás n. 1.635, de 30 de novembro de 1929, indicavam 11 anos para o Ensino Complementar e 14 anos para o Ensino Normal (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 64). Contudo, apesar do Regulamento de 1929 não ser o vigente na época da abertura da Escola Normal de Anápolis, segundo Bretas (1991), o Regulamento de 1931 “ não apresentou grandes novidades, mas pequenas alterações, e abandono de certas minúcias em favor de uma forma mais condensada da redação dos artigos”(1991, p. 519). Assim, considera-se as idades mínimas de ingresso nos cursos Normal e Complementar as expressas pelo Correio Oficial de Goiás de 1929, já que o Regulamento de 1931 não expressa essa indicação.

A faixa etária dos discentes da instituição de ensino secundário em análise, segundo o Livro de Matrícula do Curso Normal (1931), configurou-se da seguinte maneira:

QUADRO I – Faixa etária dos alunos da Escola Normal de Anápolis dividido por série⁷

Série – Curso	Nº de alunos	Faixa de idades	Não informados
1º ano Complementar	22	10 – 15 anos	1
1º ano Normal	5	14 – 20 anos	2
2º ano Normal	9	14 – 18 anos	2
3º ano Normal	5	14 – 19 anos	1
4º ano Normal	5	15 – 30 anos	0

Fonte: Livro de Matrículas do Curso Normal da Escola Normal de Anápolis (1931 – 1937)

Os dados do Quadro I revelam que os alunos no curso complementar ingressaram com idade menor que a estabelecida que era de 11 anos e houve matrícula de alunos com 10 anos. Já o curso Normal 100% dos alunos matriculados estavam na faixa etária prevista pela legislação. Outro aspecto que merece destaque é a diferença de idade entre os alunos ingressantes. Se a idade mínima para ingresso é de 14 anos e o curso de quatro anos, os formandos teriam entre 18 e 19 anos de idades. Mas, temos alunos ingressantes no 1º ano com 20 anos e ingressantes no 4º ano com 30 anos. A entrada de alunos na fase adulta, pode ser justificada pela falta de unidades de ensino desta natureza na cidade de Anápolis.

⁷ No ano 1931 não houve turma de 2º ano do curso Complementar na Escola Normal de Anápolis. (LIVRO DE MATRÍCULAS DO CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).



Quanto à naturalidade dos alunos da Escola Normal de Anápolis no ano de 1931, verificou-se que os estudantes eram predominantemente goianos, 91,3%, 4,35% mineiros e outros, 4,35%, não informaram esse dado. Do total do primeiro grupo, 52,4% eram de Anápolis, 11,9% de Santa Luzia (atual Luziânia), 9,52% de Pyrenópolis, 4,76%, respectivamente, de Catalão, Jaraguá e Goyaz (atual cidade de Goiás), mais 2, 38% de cada uma das seguintes localidades Formosa, Ipameri, Itaberahy, Santa Cruz e Campinas (atualmente território de Goiânia – GO). A respeito dos discentes oriundos do estado de Minas Gerais, do total que eles representavam, 50% são oriundos de Uberlândia e 50% de Uberaba.

Para a efetivação da matrícula na Escola Normal de Anápolis o aluno deveria preencher a ficha de matrícula acompanhado de documentação comprobatória do grau de escolaridade do aluno de acordo com o curso (complementar e normal) e o ano (1º, 2º complementar e 1º, 2º, 3º, e 4º, ano normal) que pretendia cursar. Os documentos comprobatórios apresentados pelos candidatos aos cursos da Escola Normal de Anápolis foram: atestados de comprovação de estudos, atestado de aprovação do exame de admissão, diploma do grupo escolar, documentos de transferências e outros.

Desse modo, a matrícula no 1º ano Complementar deu-se de cinco maneiras distintas, a saber: 1) com apresentação de atestado de estudos mais aprovação no exame de seleção nesse nível de ensino da instituição de origem; 2) a partir de transferência e atestado que confirmasse que o aluno cursava série igual naquele momento de mudança de escola; 3) através da apresentação de diploma do grupo escolar, que dispensa exame de admissão de acordo com o Decreto n. 8598/1925; 4) com a aprovação do requerimento e atestado emitido pela comissão encarregada dos exames de admissão e, 5) a partir de aprovação no exame de admissão perante banca examinadora da própria Escola Normal de Anápolis (LIVRO DE MATRÍCULAS DO CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).

A partir da análise do Livro de Matrículas da Escola Normal de Anápolis (1931 – 1937), pode-se verificar que 22 alunos formavam a turma de 1º ano do curso Complementar. Do grupo, 50% foram matriculados pela apresentação de atestado de estudos e aprovação no exame de seleção do educandário de origem, sendo que desse número, 54,54% são de origem Instituto de Ciências e Letras e os demais



45,46% não informaram. Outros 9,09%, também oriundos do Instituto de Ciências e Letras de Anápolis, a partir de atestado, comprovaram que cursavam o mesmo ano e curso que foram matriculados na Escola Normal, o 1º ano Complementar. Já outros 9,09% foram matriculados apresentando o diploma do curso primário oferecido no grupo escolar da cidade em questão, Grupo Escolar 24 de Outubro de Anápolis. Para 4,54% dos alunos, a efetuação da matrícula foi possível pela aceitação de requerimento e atestado disponibilizado pela comissão organizadora dos exames de admissão. Os últimos 27,28% submeteu-se ao exame de admissão diante de banca examinadora da escola e, mediante a aprovação, foram matriculados.

Em relação aos procedimentos de matrícula do curso normal, para efetivar a matrícula era necessário comprovar o nível de escolaridade. Dessa forma, para ser matriculado na primeira etapa do curso, a documentação deveria comprovar que o candidato cursa igual série ou o diploma de conclusão do curso Complementar e para os outros níveis, comprovar que havia concluído a etapa anterior do curso em questão. Dentre os documentos apresentados pelos estudantes estão atestados de estudos, transferência mais o atestado, certificados de conclusão de exames finais e comprovação de promoção. Entretanto, um matriculando do 1º ano, filho do secretário da escola, apesar de apresentar diploma de conclusão do grupo escolar, foi inserido no ensino normal e não, como as prescrições legais orientam, no 1º ano Complementar. A justificativa para isso foi “julgamento justo do dr. Director” (LIVRO DE MATRÍCULAS DO CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937).

No 1º ano Normal em 1931, a Escola Normal de Anápolis possuía uma turma de 5 alunos. Como já citado acima, 20% dos discentes apresentaram o diploma do Grupo Escolar de Anápolis para comprovar os estudos, outros 40% foram transferidos e, a partir de atestado, confirmaram que cursavam a mesma série na instituição de origem, que no caso era o Instituto de Ciências e Letras. Já, para outros 20% desses alunos, apresentaram atestado que indicava que os educandos se achavam matriculados no 2º ano das Aulas Avulsas de Ensino Secundário de Santa Luzia – GO e assim foram destinados a série em questão. Por fim, os últimos 20% não informaram esse dado nas fichas de matrícula (LIVRO DE MATRÍCULAS DO CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937;



REGISTRO DE NOTAS INDIVIDUAIS CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1932).

Em relação ao 2º ano Normal, a sala era composta por 9 (nove) estudantes, que para serem matriculados, era necessário comprovar a conclusão da etapa anterior do curso. Assim, 55, 55% dos discentes realizaram a constatação da escolaridade a partir de documentos (de promoção, certificados, atestados), sendo que desse número, 60% são oriundos do Instituto de Ciências e Letras, 20% do Gynnásio Analiscta de Bonfim – GO e 20% do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Araguaya -GO. Dando continuidade, 33, 34% por meio de atestado de estudos no caso de transferência e outros 11,11% a partir de atestado das Aulas Avulsas de Instrução Secundária de Santa Luzia – GO (LIVRO DE MATRÍCULAS DO CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 -1937).

A diante, para matrícula no 3º ano Normal, todos os 5 (cinco) alunos comprovaram a conclusão do 2º ano a partir de atestado emitido pelo Instituto de Ciências e Letras de Annapolis. Por fim, o 4º ano do curso em questão era composto por um quadro de 5 (cinco) educandos, que apresentaram documentos (atestados, certificados, registro de exames finais) para comprovação de suas escolaridades. Dessa maneira, 40% deles, oriundos do Instituto de Ciências e Letras, constataram a conclusão do 3º ano Normal com atestado do referido instituto, outros 20% apresentaram certificado de exames finais do 3º ano Gynnasial emitidos pelo Gynnásio Diocesano de Uberaba – MG e os demais 20% documento que possibilitou confirmar a conclusão dos exames finais no Atheneu Goyano de Santa Luzia – GO (LIVRO DE MATRÍCULAS DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 – 1937). Dessa turma, 60 % colaram grau e receberam o diploma de normalista, a saber: 1) Adélia de Faria; 2) Benedicto de Almeida e 3) Hessippo Campos Meirelles (CRISPIM, 2011; LIVRO DE SESSÕES SOLENES DA COLAÇÃO DE GRAU DAS NORMALISTAS DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



À guisa de conclusão acerca das prescrições legais para o ingresso de alunos nos cursos ofertados pelas Escolas Normais em Goiás na década de 1930, pontua-se o seguinte:

- a) O ingresso no curso Normal dava-se em dois casos: No 1º ano com o certificado de conclusão do curso Complementar e nos demais anos com documento que comprovasse promoção do ano anterior ou outro de igual nível;
- b) O ingresso no curso Complementar realizava-se através da apresentação do diploma do curso primário oferecido nos Grupos Escolares ou, na ausência desse documento, o candidato seria submetido a exame de admissão perante banca de examinadores;
- c) A idade mínima para matrícula no curso Normal era de 14 anos;
- d) A idade mínima de ingresso no curso Complementar era de 11 anos.

Além desses itens, para se traçar o perfil do primeiro grupo de alunos da Escola Normal de Anápolis, faz-se necessário a análise dos seguintes dados presentes na ficha de matrícula: sexo, idade, nacionalidade/naturalidade, série/curso de matrícula, documento de comprovação da escolaridade e instituição de ensino de origem.

A investigação acerca das matrículas, a Escola Normal Anapolina atesta que essa etapa iniciou em 09 de abril de 1931, findando em setembro. Na observação dessa atividade, a instituição agregou 46 (quarenta e seis) alunos em seu primeiro ano de funcionamento. Como já citado acima, além das ordenanças do 1º Estatuto da Escola Normal de Anápolis (1931), constituído com base no Decreto 658/1931, o despacho da direção foi decisivo no destino dos alunos.

Com base nisso, verifica-se que o estudante de matrícula Nº 10, apresentou, como documento de escolaridade, o diploma do curso primário do Grupo Escolar “24 de Outubro” da cidade de Anápolis, contudo, pelo julgamento do Dr. Diretor, foi matriculado no 1º ano do curso Normal (LIVRO DE MATRÍCULA DO CURSO NORMAL, 1931), sendo que, pelo Regulamento vigente, a série de destino seria a primeira etapa do curso Complementar.

Ademais, em relação aos alunos da Escola Normal anapolina em 1931 do curso Complementar, estes formaram uma única classe, referente ao 1º ano desse ciclo, pois não houve 2º ano desse curso por ser a série anterior um pré-requisito.



Eram 22 (vinte e dois) alunos matriculados, sendo que a maioria era do sexo masculino, 12 (doze), formado essencialmente de adolescentes com idades entre 10 a 15 anos. Segundo Canezin e Loureiro (1994), as indicações legais para ingresso nesse curso apontavam para uma idade mínima de 11 anos, contudo, apesar de 3 (três) alunos matriculados com 10 anos na época, no ano referente ao período letivo em questão, dois deles alcançariam a idade exigida no curso, pois eram nascidos em 1920. O outro ingressante era nascido em 1921 e recém completado os 10 anos (LIVRO DE MATRÍCULAS DO CURSO NORMAL, 1931).

Ao considerar a questão da naturalidade desse grupo, nota-se a diversidade de cidades apresentadas. Deles são 20 (vinte) alunos de Goiás e 2 (dois) de Minas Gerais. As cidades goianas que registram mais representantes foram Anápolis, fato que se explica por ser a cidade de implantação da Escola Normal em análise, com 12 (doze) pessoas, Pyrenópolis com 3 (três) estudantes, Catalão com 2 (dois) estudantes e Campinas, Ipameri e Goyaz ambos com 1 (um) representante dentre os matriculados. Os ingressantes no curso Complementar nascidos em Minas Gerais, das cidades de Uberaba e Uberlândia, somam 2 (dois).

No processo de matrícula, os 22 (vinte e dois) candidatos ao curso Complementar, comprovaram seus estudos a partir de documentos legais da instituição de origem ou foram submetidos a exame de admissão interno da Escola Normal de Anápolis e foram aprovados. Os mesmos vieram do Grupo Escolar “24 de Outubro”, do Instituto de Ciências e Letras e os demais não informaram. Entretanto, a partir da análise do Livro de Matrículas do Curso Normal (1931), pode-se perceber que os casos diante do “atestado da fiscal do Instituto de Ciências e Letras” (LIVRO DE MATRÍCULA DO CURSO NORMAL, 1931) receberam três formas de julgamento, pois 2 (dois) alunos apenas apresentaram esse documento, outros 6 (seis) além dessa apresentação, foram submetidos a exame de admissão.

Em consonância com a abordagem iniciada nessa seção, os alunos do curso Normal de 1931 da Escola Normal de Anápolis, ao todo, contabilizaram 24 (vinte e quatro) discentes. Tem-se assim no 1º ano, 5 (cinco) alunos ao total, sendo todos do sexo masculino; no 2º ano, 9 (nove) alunos, sendo 4 (quatro) homens e 5 (cinco) mulheres; no 3º ano do curso, a sala era composta de 5 (cinco) alunos do sexo feminino; no último ano, o 4º, a turma era formada por 5 (cinco) alunos, 3 (três) homens e 2 (duas) mulheres.



Numa abordagem geral da faixa etária desses estudantes, constata-se que a variação é de 15 anos até 30 anos de idade, sendo que de 6 (seis) alunos não foram indicados as idades. Predominantemente, o grupo dos normalistas possuía 14 anos, no total de 5 (cinco) discentes. Assim, conclui-se que esse grupo era composto por adolescentes, jovens e adultos (LIVRO DE MATRÍCULAS DO CURSO NORMAL DA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

No processo de matrícula, esses educandos exibiram documentos que comprovaram seus estudos em instituições de ensino primário e/ou secundário, sejam de ensino normal ou ginásial. Os estabelecimentos de ensino que foram elencados a partir do registro de matrícula dos normalistas são o Instituto de Ciências e Letras de Anápolis – GO, Colégio Sagrado Coração de Jesus de Araguaya – GO, Gynnasio Analista de Bonfim – GO, Atheneu Goyano de Santa Luzia – GO, Aulas Avulsas de Instrução Secundária de Santa Luzia – GO, Gynnasio São José e Gynnasio Diocesano de Uberaba -MG. Como já explicitado anteriormente, apenas 1(um) aluno apresentou diploma do curso do Grupo Escolar e foi matriculado no 1º ano do curso Normal, excepcionalmente por julgamento do Dr. Diretor da instituição.

Dessa maneira, pode-se concluir que a Escola Normal de Anápolis em Goiás, “instituição escolar para a formação e habilitação dos corpo docente” (ABREU, 2006, p.89), sob as diretrizes do Programa Oficial do Estado de Goiás, Decreto nº 658/1931, desempenhou importante papel na instrução elementar de Anápolis, entre os anos de 1931 a 1937.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX**. São Paulo, 302p. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.

_____. Pesquisa e Análise Documental. **Anais do XVI Seminário de Atualização de Práticas docentes: competências docentes no século XXI e em outros também...** Anápolis: Centro Universitário de Anápolis, 2008.

ABREU, Sandra Elaine Aires de; SOUTO, Débora Aires. O grupo escolar Antessina Santana: criação, denominação e arquitetura escolar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 49 – 84, jan./abril. 2015. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1984723816302015049/pdf_39. Acesso em 28 de mar. 2020.



BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos, 21).

CANEZIN, Maria Tereza; LOUREIRO, Walderês Loureiro. **A escola normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994(Coleção Documentos Goianos, 28).

CRISPIM, Humberto Borges. **História de Anápolis**. Goiânia: Kelps, 2011.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Atas de reuniões da congregação da Escola Normal de Annapolis (1931-1937)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Atas de sessões solenes de colação de grau das normalistas (1931 – 1937)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Exames de 1ª época curso Normal da Escola Normal de Annapolis (1931 –1936)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Matrícula do Curso Normal da Escola Normal de Annapolis (1931 – 1937)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Média de alunos curso normal da Escola Normal de Annapolis (1934)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Média de alunos curso normal da Escola Normal de Annapolis (1935 – 1936)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Registro de notas individuais curso normal da Escola Normal de Annapolis (1931 – 1932)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Registro de notas individuais curso normal da Escola Normal de Annapolis (1933)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Registro de notas individuais curso normal da Escola Normal de Annapolis (1937)**.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de Tombamentos e impressões de visitas, 1º Estatuto da Escola Normal de Annapolis (1931)**.

GOIÁS. **Decreto nº 658 de 2 fev. 1931**. Correio Oficial, 2 fev. 1931.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à faculdade de medicina**. Goiânia: Cãnone, 2012.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.



NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: _____ (org.). **Profissão professor**. 2.ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.

PALACÍN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722 – 1972)**. 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes de História da Educação? **Educar em Revista**, Curitiba, PR: Ed. da UFPR, n.18, pp.13-28, 2001. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Para_quem_e_o_que_testemunham_as_fontes_da_histori.pdf. Acesso em 15 mar. 2020.

ROMANELLI, Otízia de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Tradição e renovação em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. São Paulo: Instituição Divulgadora de Cultura, 1986.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95 -134.